

ProUni: Avaliação sob a Perspectiva de Estudantes assistidos em Teresina-PI

Amanda Mendes dos Santos (UESPI): amanda.msantos@gmail.com
Andressa Soares Pereira (UESPI): paulafortess@hotmail.com
Paula Rogeria de Brito Fortes (UESPI): andressasoape@hotmail.com
Fauston Negreiros (UESPI): faustonnegreiros@bol.com.br

INTRODUÇÃO

A ideia de pesquisar se torna um instrumento de formação para qualquer área, e na educação brasileira só recentemente que ela passa a ser veiculada. Isso se deve, talvez, à forma como a atividade de pesquisa vem sendo desenvolvida. Em geral, sempre há uma contentação em analisar a realidade escolar, na base de conjecturas, de uns poucos dados mal elaborados e pouco fidedignos ou então na base de impressões sobre o que há ou se faz no país. Assim, à medida que a universidade assume a responsabilidade da pesquisa em educação, a relação entre pesquisa e formação começa a aflorar.

Nesse contexto, o presente estudo é significativo para a Psicologia Escolar uma vez que traz como cenário o Ensino Superior, abordando a política do Programa Universidade para Todos - ProUni, de uma forma imparcial politicamente, pois a avaliação será feita mediante critérios de funcionalidade do programa, além de contribuir de forma relevante para o processo educativo, através de um diálogo crítico, participativo e criativo; e para a Psicologia da Educação, que estuda os fenômenos educativos, as tentativas de planejar ações educativas mais enriquecedoras e eficazes. E sendo o ProUni um desses fenômenos, fazer sua avaliação é uma contribuição com a Psicologia da Educação, que se mostra cientificamente como um dos ingredientes para a educação e o ensino.

O Programa surgiu acompanhado por um discurso de justiça social. Nesse sentido, é relevante o desenvolvimento de um projeto como este para verificar do próprio público-alvo a sua concepção sobre o ProUni, uma vez que, segundo informações do MEC, das 112 mil matrículas efetuadas em 2005, cerca de 95 mil estudantes continuam no programa, o que representa uma evasão de 15% , que pode estar associada tanto às dificuldades financeiras do aluno como à insatisfação com a instituição e/ou curso frequentado, dentre outros fatores.

Esta proposta procura conhecer o Programa Universidade para Todos – ProUni, sob a ótica de estudantes universitários de redes particulares de Teresina-Piauí, abordando sua real funcionalidade, desde aspectos como condições materiais de término do curso, fatores que levam à evasão, como esses estudantes conheceram o programa e se o mesmo é ponto chave para a reforma universitária. A metodologia escolhida foi a pesquisa qualitativa fazendo uso da análise de conteúdo para explorar a temática da funcionalidade do Programa.

1 Ensino Superior

A história da criação de Universidades no Brasil revela, inicialmente, uma resistência por parte de Portugal, a qual não via justificativa para a criação de uma instituição desse nível, uma vez que era considerado mais adequado que as elites procurassem a Europa para fazer os seus estudos (FÁVERO, 1997).

A primeira iniciativa de estruturar na colônia o ensino superior foi com os jesuítas no século XVI. Gurgel, Melo, e Falcão (2007, p. 02) corroboram: “O ensino superior chegou no Brasil por meio dos jesuítas (...), servindo preferencialmente para atender à necessidade de reforços dos valores cristãos característicos da cultura da classe abastada”.

Fávero (1997) relata que mesmo o Brasil como sede da Monarquia, só a partir de 1808 é que se consegue a criação de algumas escolas superiores, dentre elas a Academia Real da Marinha, a Academia Real Militar, o curso de Cirurgia (BA), os de Cirurgia e Anatomia (RJ), Curso de Agricultura (BA), Química, Desenho Industrial e outros estabelecimentos. Essas escolas foram criadas com duas características marcantes: nítido “caráter profissionalizante” e organizadas e criadas como um “serviço público” (FÁVERO, 1997, p. 21).

É notório que todos os esforços de criação de Universidades ou mesmo de escolas superiores no período colonial e monárquico foram barrados, o que denota uma política de controle a qualquer iniciativa que possibilitasse uma independência cultural da Colônia (FÁVERO, 1997).

Após a Independência, os projetos para a criação de instituições universitárias só estavam iniciando. Mas todas as tentativas foram sem êxito. Assim sendo, ao final do Império, havia no Brasil seis estabelecimentos de ensino superior e nenhuma Universidade.

Embora proclamada a República, outras tentativas foram feitas em favor da criação de Universidades no Brasil, mas só em 1815, através da Reforma de Carlos Maximiliano, o problema da criação da instituição universitária tomou forma legal pelo Decreto nº 11.530 de 18/03/1915, ao determinar que caberia ao Governo Federal, quando achasse oportuno, reunir em universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-lhe gratuitamente edifício para funcionar (Decreto nº 11.530/ 1915).

Na história da educação brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro é considerada a primeira instituição universitária, criada pelo Governo Central. Foi instituída em 1920, pelo Decreto nº 14.343, do Presidente Epitácio Pessoa e referendada pelo Ministro Alfredo Pinto.

Assim sendo, a Universidade do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais eram as únicas Universidades brasileiras existentes antes do Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, que instituiu o regime universitário no Brasil e se constituiu no Estatuto das Universidades Brasileiras. A primeira Universidade a ser criada e organizada segundo as normas do Estatuto das Universidades foi a Universidade de São Paulo, surgida em 25 de janeiro de 1934, e apresentava a novidade de possuir uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que, segundo Fernando Azevedo (apud ROMANELLI, 2006), passo a ser a medula do sistema, tendo por objetivos a formação de professores para o magistério secundário e a realização de altos estudos desinteressados e a pesquisa.

1.1 Ensino Superior no Piauí

O ensino superior no Piauí veio surgir com a organização e empenho de um conjunto de intelectuais que se mobilizaram para formar a Faculdade de Direito, a primeira do estado e, portanto a mola mestra do ensino superior no Piauí; foi instalada oficialmente em 14 de abril 1931, de forma provisória na Assembléia Legislativa Estadual (antiga Câmara dos Deputados), no governo do Interventor Federal no Estado, o Capitão Joaquim de Lemos Cunha. Esta envergadura esteve sempre ligada aos grandes comerciantes, políticos e pessoas intelectuais como formadores da elite (GURGELL MELO e FALCÃO, 2007).

A segunda experiência só iria acontecer décadas depois. Porém, em 1950 houve uma tentativa de criar uma Faculdade de Filosofia, todavia sem êxitos por questões financeiras e legais. A criação da Faculdade Católica estava inserida em determinado contexto de expansão do ensino superior (Rossoto apud GURGELL, MELO e FALCÃO, 2007, p. 04):

No período que se estende de 1945 a 1964, observa-se um crescimento significativo do número de instituições [no Brasil]. A partir de 1946, começaram a surgir as universidades particulares, com especial destaque para a atuação da Igreja Católica, naquele período foram reconhecidas a

Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, a PUC de São Paulo; dois anos depois, 1948, a PUC de Porto Alegre atingiu o mesmo padrão; ainda entre os anos de 1945 e 1950, foram criadas mais quatro universidades federais, seis universidades particulares e 28 IES particulares (faculdades, federações ou escolas isoladas). No final da década de 1950 o Brasil contava, pois, com 21 universidades e mais de cem instituições de Ensino Superior.

A Faculdade Católica de Filosofia do Piauí – FAFI, criada em 1958, representou um pólo de renovação na educação e no incentivo à cultura em Teresina. Mas passou por dificuldades, como a obtenção da sede própria – era instalada provisoriamente nas instalações do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Apenas em 1959, a Faculdade de Filosofia consegue sua sede definitiva, com doação do Grupo Escola João Gayoso na Praça Saraiva, ficando neste espaço por mais de uma década até sua incorporação a Universidade Federal do Piauí.

A FAFI foi referência para o Ensino Superior no estado e contraponto cultural na época possibilitando a formação de professores para o magistério, melhorando sensivelmente o ensino secundário da época que teve professores capacitados para o ensino. Seu currículo era composto pelo curso de Filosofia, grade central das faculdades de Filosofia, ainda existia História e Geografia que na época eram ligados e Letras Neolatinas (GURGELL, MELO e FALCÃO, 2007).

1.2 Finalidades do Ensino Superior

Ao falar das finalidades da Universidade é preciso situá-la, analisá-la e criticá-la como instituição social, que tem compromissos historicamente definidos.

Segundo Pimenta (2002), entende-se a universidade como instituição educativa, cuja finalidade é o permanente exercício da crítica, que se sustenta na pesquisa, no ensino e na extensão. Assim, a Universidade traz uma reflexão crítica da cultura. Edgar Morin (apud PIMENTA, 2002), enfatiza que a universidade tem uma função que vai do passado ao futuro, pois conserva, memoriza, integra e ritualiza uma herança cultural de saberes, ideias e valores.

No geral, as funções do ensino superior vão desde a criação, desenvolvimento, transmissão e crítica da ciência, da técnica e da cultura; preparação para o exercício de atividades profissionais que exijam a aplicação de conhecimento e método científicos e para a criação artística, ao apoio científico e técnico, ao desenvolvimento cultural, social e econômico das sociedades.

Depois de analisar as suas finalidades, cabe destacar o crescente divórcio entre os seus objetivos. Enquanto instituição social e os esperados pelo Estado neoliberal, Chauí (apud PIMENTA, 2002) explicita a diferenciação entre a universidade enquanto instituição social e entidade administrativa. “Enquanto instituição social, a universidade se caracteriza como ação e prática social” (PIMENTA, 2002, p. 168).

No contexto atual, a universidade vem perdendo essa característica secular de instituição social e tornando-se numa entidade administrativa, atuando segundo um conjunto de regras e normas desprovidas de conteúdo formalmente aplicadas a todas as manifestações sociais (PIMENTA, 2002). “A Universidade brasileira hoje, se permanecer como está, corre o risco de enterrar a função estratégica que deve exercer como lugar de produção de alta cultura e de conhecimentos científicos avançados, diante da emergência da cultura de massa” (GENRO, 2005, p. 05).

1.3 Reforma Universitária Brasileira

A história de reformar as Universidades brasileiras é remota. O que muda, a partir dos anos, são os objetivos dessa reforma, pois o projeto de educação idealizado vai se

distanciando do projeto original, e as transformações sociais, culturais, econômicas, políticas, passam a exigir um novo projeto educacional que atende às novas necessidades sociais.

A Universidade foi criada nos anos de 1930, como parte de um projeto de educação destinado a implementar um projeto de sociedade, ao longo dos anos, foi assumindo seu próprio caminho.

Em 1938, foi fundada a União Nacional dos Estudantes (UNE), com a preocupação de realizar uma reforma educacional. Após 1938, com a industrialização, “o caráter profissionalizante passou a predominar; a universidade foi se desviando dos rumos traçados” (ORSO, 2007, p. 64). A ameaça vinha da ditadura do Estado Novo, do crescimento do segundo grau privado, da profissionalização dos cursos superiores. Com o objetivo de reformar foram feitos alguns movimentos, como os I, II e III Seminários Nacionais de Reforma Universitária, realizados, respectivamente, em Salvador, em 1961; em Curitiba, em 1962; e em Belo Horizonte, em 1963.

Para Orso (2007), a luta pela reforma universitária adquiriu um caráter mais amplo, pois o projeto de reforma universitária, visando a democratização e a participação dos estudantes, começou como uma exigência dos movimentos estudantis e também passou a ser reivindicado por professores. À medida que o movimento pró-reforma avançou, essa bandeira passou a ser incorporada pelo Estado, até que, após o golpe militar, foi completamente arrebatada pelos militares em 1969 (ORSO, 2007).

O governo militar realizou a reforma universitária. “Modernizou” a universidade brasileira, colocando-a “à serviço da produção prioritária de uma nova força de trabalho requisitada pelo capital monopolista organizado nas formas estatal e privada multinacional” (Cunha apud ORSO, 2007, p. 77). Essa reforma teve como principais aspectos positivos a modernização da educação e o ensino indissociável da pesquisa. Em contrapartida, apresentou também alguns aspectos negativos, como a defesa da estrutura empresarial para a universidade, o favorecimento ao ensino pago e atitudes repressoras, terroristas e fascistas; pois essa não era uma reforma consentida, mas resultante da relação de forças que favoreciam o conservadorismo e a repressão.

Vale destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB nº 4.024/61 não estabelecia mudanças significativas quanto ao ensino superior. Ela estabelecia a equivalência dos cursos técnicos aos secundários, possibilitando o ingresso nos cursos superiores. Já a LDB nº 5.692/71 tinha como referência os cursos técnicos (PEREIRA, 2000).

Para Pereira (2000), em busca por uma lei mais sólida, em 1991, o então senador da República Darcy Ribeiro elaborou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, que foi sancionada em 20 de dezembro de 1996 como Lei Darcy Ribeiro. Com essa lei o Ensino Superior passou a ter mais importância.

Conforme Todorov (2005), em relação ao aspecto financiamento/autonomia a LDB nº 9.394/96 confirma a possibilidade de Instituições privadas de ensino superior receberem verbas públicas, além das atividades universitárias de pesquisa e extensão, previstas na Constituição Federal.

1.3.1 Políticas educacionais para o Ensino Superior no Governo de Lula

“Educação é uma área onde o processo e o método adotados são tão relevantes quanto aos resultados finais” (SBPC, 2005).

Segundo o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (ANDES, 2006), a responsabilidade do Estado em relação à Universidade inscreve-se na Constituição como dever e obrigação.

A Educação Superior não oferece um quadro mais alentador. Apenas cerca de 10% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados em instituições de ensino superior, sendo

que mais de 70% das matrículas são em instituições privadas que raramente realizam pesquisa e em sua grande maioria têm péssimo nível de ensino.

Desta forma, o Programa Universidade para Todos – ProUni foi criado para atingir a meta do Plano Nacional de Educação de colocar no ensino superior, até 2010, pelo menos 30% dos jovens entre 18 e 24 anos, objetivando concessão de bolsas de estudo em instituições de educação superior privadas, em cursos de graduação e em cursos sequenciais de formação específica, a estudante de baixa renda, oferecendo em contrapartida isenção de alguns tributos às escolas particulares (JORNAL DO SENADO, 2007).

Em 2007, seriam oferecidas 108.025 bolsas em todo país; e vagas em 1.424 universidades, faculdades e centros universitários, o que representaria 65% do total de instituições de ensino superior privado. Segundo as regras do Programa, as instituições poderiam optar por realizar ou não seleções próprias para essas bolsas. Mas, atualmente, só 472 delas fazem isso (33%). Em 2005, no primeiro ano do ProUni, 63% das instituições submetiam esses alunos a vestibulares. “É uma prova de que elas têm confiança na nossa seleção e de que o bolsista é um bom aluno”, diz responsável pelo programa no MEC (CAFARDO, 2007). No Piauí, o aumento foi de 542 bolsas.

O ProUni foi criado pela MP nº 213/ 2004 e institucionalizado pela lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Foi lançado em 2004 pelo Governo Federal, objetivando dar o acesso a ex-alunos carentes da rede pública do ensino médio ou de bolsistas integrais das escolas particulares. Possui também uma política de cotas destinada aos alunos que se autodeclararem afrodescendentes ou indígenas. A formação de professores de ensino básico da rede pública também consta como prioridade; a intenção é a melhoria na qualificação do magistério com possíveis impactos positivos na qualidade e aprendizado dos alunos da educação básica e cumprimento da LDB, em seus artigos 62 e 63, na qual estabelece que os professores da rede pública, atuantes na educação básica devem ter concluído os cursos de Pedagogia, Normal Superior ou Licenciatura.

O projeto é destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais de 50% (meia-bolsa) para cursos de graduação tradicionais (duração de quatro anos) e sequenciais de formação específica (dois anos). Para ter direito à bolsa integral, a renda *per capita* familiar (por pessoa da família) do estudante não poderá ser superior a 1,5 salários mínimos. Já a bolsa-parcial poderá ser concedida para estudantes com renda *per capita* familiar de até três salários mínimos. Além disso, o aluno deve ter cursado todos os anos do ensino médio em escolas públicas ou, ainda, em escolas particulares, mas com bolsas integrais.

Professores da rede pública que desejem cursar Licenciatura ou Pedagogia também serão beneficiados pelo ProUni. A seleção dos estudantes que ganharão as bolsas é feita em duas etapas. Primeiro, pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). A segunda etapa é realizada pelas próprias instituições. As faculdades deverão definir a lista final com os escolhidos a partir dos nomes enviados pelo MEC.

2 Método

A presente pesquisa caracteriza-se, quanto aos objetivos, como do tipo descritiva, pois traz uma descrição das características da população amostral ou do fenômeno. Quanto aos procedimentos técnicos, é do tipo bibliográfica, desenvolvida utilizando-se o material já elaborado como livros, revistas, periódicos, etc. De uma forma mais ampla, é uma Pesquisa Qualitativa.

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados,

conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significações e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Aqui, o sentido subjetivo aparece indiretamente na qualidade da informação, no lugar de uma palavra em uma narrativa, na comparação das significações atribuídas a conceitos distintos de uma construção, no nível de elaboração diferenciado no tratamento dos temas. Assim, utiliza-se a conversação como processo para conduzir as pessoas estudadas a campos significativos de suas experiências pessoais, os quais são capazes de envolvê-las no sentido subjetivo dos diferentes espaços delimitadores de sua subjetividade individual (GONZÁLEZ-REY, 2005).

Os sujeitos da pesquisa foram do tipo não-probabilístico intencional, escolhidos por facilidade de acesso. Portanto, são vinte alunos universitários de faculdades de rede privada de Teresina, Piauí, assistidos pelo Programa Universidade para Todos - ProUni.

A coleta de dados foi realizada através de um roteiro semi-estruturado de entrevista, em que se utilizaram questões norteadoras.

Selltiz (1965) também colabora ao explicar que a entrevista é vantajosa em relação ao questionário pela sua maior flexibilidade, pois existe a possibilidade de repetir as perguntas, ou apresentá-las do outro modo melhor compreensão, ou fazer outras perguntas a fim de esclarecer o sentido de uma resposta. Além disso, o entrevistador pode observar não apenas o que diz o entrevistado, mas também como o diz.

As informações relatadas pelos participantes foram registradas em áudio, utilizando gravador de voz e fitas magnéticas. No procedimento de coleta de dados, os sujeitos foram selecionados por dois critérios: serem participantes do Programa Universidade para Todos – ProUni e facilidade de acesso pela pesquisadora. As entrevistas foram marcadas de acordo com a disponibilidade dos sujeitos de pesquisa.

Para analisar os dados utilizou-se a Análise de Conteúdo que pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise de comunicação “visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (recepção destas mensagens)” (Bardin apud MINAYO, 1994, p.199).

Finalmente, no conjunto das técnicas da análise de conteúdo, utilizou-se a análise por categorias, já que essa divisão permite uma melhor representação da realidade estudada.

3 Análise de Dados e Discussão

As categorias utilizadas para apresentação e análise são as seguintes: Conhecendo o Programa; Filosofia do ProUni; ProUni e Reforma Universitária; Prouni: acesso ao Ensino Superior; e, Evasão no ProUni.

Categoria 1: Conhecendo o Programa

“Através dos meios de comunicação, né, televisão, propagandas, e pela própria escola também, né, que incentivava” (M.C.S, sexo feminino).

Como se apresenta, os estudantes se interessaram e passaram a conhecer o Programa por influência de fatores como, principalmente, os meios de comunicação de massa (televisão, Internet, informativos), que servem como divulgadores para a aceitação e participação dos

jovens. Para alguns, a família, os amigos e a escola também serviram de referência para a busca do Ensino Superior através do ProUni.

Segundo Bock (1999), os meios de comunicação de massa, são importantes como transmissores de informações. Eles são capazes de influenciar, seduzir e controlar a subjetividade dos indivíduos, dependendo da ação deste em relação à sua crença, seja ela o afeto dedicado ou o próprio conhecimento da existência do objeto. Isso pôde ser verificado nas falas dos sujeitos da pesquisa, dentre influências de grupos sociais, como família e amigos, pois estes são ativos no processo decisivo para qualquer escolha, inclusive na opção do curso a ser seguido.

Categoria 2: Filosofia do ProUni

“O Prouni é um programa que ajuda pessoas que estudaram em escolas públicas e em escolas particulares na condição de bolsistas integrais a terem condições de entrarem em uma instituição de Ensino Superior privada, garantindo aos estudantes bolsas de 50% ou integrais (100%)” (M. B. F, sexo feminino).

Percebe-se nas entrevistas que a maioria dos estudantes retratam o ProUni como “uma alternativa de ingressar na universidade”, e esse ingresso é restrito, só é permitido a alunos carentes da rede pública que concluíram o Ensino Médio ou a bolsistas integrais das escolas particulares. De acordo com alguns relatos, o Programa também representa um fator de discriminação, já que é aberto para os que não têm condições financeiras de acessar um Ensino Superior.

Segundo o MEC (2007), o ProUni foi criado em 2004 pelo Governo Federal, em busca de atender os estudantes de baixa renda ou provenientes de escolas públicas. A finalidade deste programa é a concessão de bolsas de estudos parciais ou integrais, e com essas bolsas de estudo o estudante poderá ingressar em um curso superior, numa instituição de ensino privada.

Categoria 3: Prouni e Reforma Universitária

“A implantação do ProUni não é satisfatória como reforma universitária, pois eu acho que além desse programa, o governo deveria também investir em faculdades públicas, ampliando-as, oferecendo mais cursos e vagas, melhorando assim a qualidade de ensino de tais instituições” (M. B. F, sexo feminino).

A maioria dos alunos assistidos pelo Programa não o considera como uma medida satisfatória para reformar o Ensino Superior no Brasil. Considera, sim, como paliativo, importante, mas que muito ainda precisa ser feito, principalmente a nível de base dos ensinos: infantil, fundamental e médio. Eles realçaram, ainda, a importância da reforma nas instituições públicas, com um maior investimento financeiro, aumento do número de vagas, enfim, um ensino superior de qualidade.

Nesse contexto, Coelho (2007) argumenta que embora o Programa Universidade para Todos traga uma filosofia de democratização do ensino superior, o programa fere a concepção de reforma, cuja referência é a instituição pública, e deixa de cobrar das instituições privadas os impostos, que poderiam ser destinados ao setor público. Assim, afirma que os dois documentos, o da Reforma e o do ProUni, nada têm em comum, são contraditórios em relação aos seus objetivos na visão da expansão do ensino superior e nos critérios de distribuição dos

recursos, pois enquanto a Reforma defende o conceito republicano de educação como bem público e prioriza o investimento do estado nas instituições públicas, o ProUni compra vagas nas instituições privadas em troca da isenção de impostos e, de quebra, anistia dívidas.

Categoria 4: Prouni: acesso ao Ensino Superior

“O ProUni proporciona o ingresso à universidade, pois tem que fazer o Enem para poder ficar no ProUni e atingir a média do Enem para entrar no Prouni. Mas se comparado ao Psiu e ao vestibular, a cada ano o ProUni aumenta a concorrência. O primeiro de todos do ProUni, concorrência baixa, porque ninguém tava sabendo, mas a partir do segundo, aí disparou a concorrência” (E. A. S. N, sexo masculino).

Esta amostra relevante dos estudantes considera o ProUni uma forma de acesso à Universidade, uma vez que tem como requisitos obrigatórios atingir uma boa nota no Enem, além de preencher requisitos básicos para receber a bolsa de estudo. Faz se também notório a comparação entre o acesso ao ensino superior através do Prouni, Programa Seriado de Ingresso à Universidade (Psiu/UFPI) e o vestibular tradicional. Para a maioria dos estudantes, acessar a Universidade pelo ProUni é a forma mais difícil, pois cresceu o número de inscritos para realizar o Enem, isso em função do conhecimento, aceitação e funcionalidade do ProUni, uma vez que o mesmo está com dois anos de existência.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2007), que organiza o Enem, nos últimos três anos, desde a criação do Programa Universidade para Todos, o número de inscrições aumentou. Em 2004, eram 1,5 milhão de inscritos no Enem e em 2005, primeiro ano do ProUni, já eram 3 milhões. Para o Enem de 2007, 65% dos mais de 3,5 milhões de inscritos terminaram o ensino médio em anos anteriores.

Categoria 5: Evasão no ProUni

“A partir do momento que você não estimula aquele aluno do ProUni a ter confiança, a ter certeza de que ele vai terminar aquele curso; a partir do momento que você não integra aquele aluno àquele ambiente, não dá um apoio financeiro pra ele, eu acho que é o ponto que aqueles alunos desistam de continuar o curso, até por falta de condições financeiras” (Y. S. T. A. S, sexo masculino);

“A proposta do governo de oferecer bolsas para jovens de escolas públicas é uma ótima iniciativa, mas para alguns a bolsa não se torna suficiente, não tendo como sustentar o curso, com xérox, transporte e alimentação” (N.M.S.L, sexo feminino).

Como pôde ser observado, o Programa Universidade para Todos é bem aceito pelos bolsistas em relação a sua política de acesso ao Ensino Superior. Mas quanto à manutenção dos recursos para o curso, há insatisfações, pois o programa só oferta uma Bolsa Permanência para estudantes de bolsa integral e matriculados em cursos com carga horária média superior ou igual a seis horas diárias. Vale ressaltar que alguns fatores foram considerados como evasivos junto ao Programa, principalmente o financeiro, uma vez que para ter um curso de qualidade, é preciso se preparar, ter bons livros, participar de cursos, buscar qualificação e

com isso há gastos. Além disso, há insatisfação com o curso escolhido, problemas de adaptação para os bolsistas que são de cidades interioranas e até mesmo outros estados, e há pressão para se sair bem no curso, sem reprovações.

Em relação ao acesso ao ensino, Bock (1999) respalda que a formação educacional no Brasil é cara, “quase um artigo de luxo”, que se manter em qualquer instituição de ensino, seja escola, faculdade ou em cursos profissionalizantes é oneroso. A classe mais alta pode comprar seus cursos, além de se sair melhor nos estudos, pois possuem mais tempo, melhor condição financeira para investir na compra de livros, cursos, xérox, etc.

O presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Petta, concorda que falta apoio aos alunos das classes C e D. E destaca que as mensalidades nas universidades privadas estão altas. A constatação tem respaldo em um estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), que mostra que de 1997 a 2006 as mensalidades no ensino superior privado de São Paulo aumentaram 154,43%, ante uma inflação de 93,49% no mesmo período (FOLHAPRESS, 2007). Para conter a evasão, o governo precisa abrir crédito para os alunos da classe C e dar condições para os alunos mais pobres se manterem.

Considerações Finais

Este estudo deteve-se em realizar uma análise acerca da política pública educacional do Programa Universidade para Todos - ProUni, de uma forma imparcial quanto a questões partidárias, detendo-se a verificar a consonância entre o projeto implementado e a sua prática, ou seja, sua funcionalidade.

Percebeu-se que os estudantes pesquisados conhecem o caráter social do programa, apresentam-no como significativo, mas não como Reforma Universitária. Os relatos forneceram subsídios bem definidos de que o Programa Universidade para Todos é uma medida de destaque no Ensino Superior, mas que é contraditório à Reforma, visto que esta defende a educação como bem público e prioriza o investimento do Estado nas instituições públicas, e não em compra de vagas em instituições privadas como faz o Programa.

Os bolsistas se mostraram bem receptivos ao programa quanto à oportunidade de acesso ao Ensino Superior. Contudo, o grau de insatisfação é grande, pela falta de uma política de motivação financeira, como uma bolsa auxílio.

Assim, os estudantes discriminaram ainda quais lacunas o ProUni possui que são significativas para a evasão, dando destaque à falta de recursos para se manter no curso, pois são apenas isentos das mensalidades.

Ficou constatado que o Programa Universidade para Todos é uma política assistencialista e restritiva, pois proporciona acesso ao ensino só aos que atingem os requisitos básicos: tirar boa nota no Enem e possuir determinada condição financeira. Ele não democratiza o ensino como é o princípio da Reforma Universitária, além de quê, não prioriza a instituição pública, investindo no seu ensino de qualidade.

Nem todos os estudantes selecionados pelo ProUni contemplam uma renda financeira capaz de corroborar com os critérios fundamentais do Programa. E, na maioria das vezes, não têm condições de levar adiante a sua carreira acadêmica, uma vez que não há suporte necessário para a demanda exigida por esta política social: vales transporte, moradia, alimentação.

É de fundamental importância fazer uma reformulação no programa, não porque é disfuncional, mas para ampliar a oportunidade de acesso e manutenção no ensino. Sugere-se, acoplado à esta política governamental, um pacote de recursos capazes fortificar cada escolhido a participar do Programa, sendo assim mais viável a sua permanência. O Programa

Universidade para Todos não propicia uma história harmônica e sim uma política de desigualdade social, e pode gerar discriminação entre as diferentes classes da sociedade brasileira. O ProUni ainda necessita de reformas para se tornar a solução tão esperada para a educação brasileira no âmbito do ensino superior.

REFERÊNCIAS

BOCK, A. M. M. **Psicologias**: uma Introdução ao estudo da Psicologia. São Paulo: Saraiva, 1999.

CAFARDO, Renata. **Rede de universidades, rede de oportunidades**. [online]. Disponível em: <http://www.universia.com.br/html/noticia/noticia_clipping_cibgc.html>. Acesso em 14 nov 2007.

COELHO, M.F.P. **Reforma da Educação e Prouni**. [online]. Disponível em: <<http://mecsrv04.mec.gov.br/reforma/Documentos/ARTIGOS/2005.6.16.18.27.8.pdf>>. Acesso em 27 nov 2007.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade brasileira em busca de uma identidade**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FOLHAPRESS. **Apresenta dados sobre Evasão nas Faculdades**. [online]. Disponível em: <<http://www.educacao.gov.br/reforma/Documentos/ARTIGOS/2005.1.28.16.18.35.pdf>>. Acesso em 24 dez 2007.

GENRO, Tarso. **A Reforma do Ensino Superior**. IN: SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. *Jornal da Ciência*. Ano XIX, N. 551. p 05. Rio de Janeiro, 06 de maio de 2005.

GONZÁLEZ-REY, Fernando. **Os processos de construção da informação na pesquisa qualitativa orientada pela epistemologia qualitativa**. IN: GONZÁLEZ-REY, Fernando. *Pesquisa qualitativa e Subjetividade. Os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomson Learning, 2005.

GURGEL, Carmesina Ribeiro; MELO, Antonio Maurení Vaz Verçosa de; FALCÃO, Maria César de Sousa. **O Ensino Superior no Piauí: Pressupostos Históricos para uma Avaliação**. [online]. Artigo Científico. Universidade Federal do Piauí. Disponível em <http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/ivencontro/GT14/ensinosuperior_piaui.pdf>. Acesso em 13 dez 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA – INEP. **Apresenta dados sobre o Ensino Superior**. [online]. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em 14 dez 2007.

JORNAL DO SENADO. **Acesso facilitado ao Ensino Superior**. Ano XIII – nº 2680/146. p. 15. Brasília, 7 de Outubro de 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desejo do conhecimento**. Pesquisa Qualitativa em Saúde. 3 ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – MEC. **Apresenta dados sobre o Ensino Superior no Brasil.** [online]. Disponível em: < www.mec.gov.br>. Acesso em: 14 dez 2007.

NUNES, Daltro José. **A função social das Universidades.** IN: SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. *Jornal da Ciência*. Ano XIX, N. 546. p 09. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2005.

PEREIRA, Jacione Aparecida. **Análise da LDB da Educação Nacional.** N. 9.394/96. Artigos 37 a 53. [online]. *Revista Eletrônica Print by FUNREI*. Metavnoia, São João del-Rei, n. 2, p. 15-23, jul. 2000. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalable/numero2/jacione3.pdf>>. Acesso em 27 nov 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. **Docência no Ensino Superior.** V 1. São Paulo: Cortez, 2002.

ORSO, Paulino José. et. al. **Educação, sociedades de classes e reformas universitárias.** Coleção Educação Contemporânea. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SELLTIZ (org.). **Métodos de Pesquisa nas relações sociais.** São Paulo: EPU, 1965.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – ANDES. **Educação Superior: uma proposta para enfrentar a crise.** 2 ed. rev e ampl. Brasília: ANDES-SN, 2006.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA - SBPC. **Brito:** “Precisamos de um plano estratégico para o ensino superior”. *Jornal da Ciência*. Ano XIX, N. 549. p 01-07. Rio de Janeiro, 8 de abril de 2005.

TODOROV, João Cláudio. **Impossível saber quando e como.** IN: SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. *Jornal da Ciência*. Ano XX N. 558 p 05. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2005.